ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES A PARTIR DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM CRIANÇAS COM TEA

Luana Kelly Camilo da Silva [1]
Nayara Soares da Silva [2]
Larissa Rafaela Bezerra dos Santos [3]
Artur Santos Silva [4]
Maria Gelva Santos de Lima [5]
Samara Cavalcanti da Silva [6]

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço de aprendizagem, mas também de convivência, troca e construção de relações. Por isso, garantir o acesso das crianças à Educação Infantil é apenas o primeiro passo para uma educação verdadeiramente inclusiva. É preciso que elas também tenham oportunidades de participar das atividades, brincar, interagir com os colegas e se sentir parte do grupo, considerando que cada criança possui seu próprio jeito de aprender e de se relacionar com o ambiente escolar.

Na Educação Infantil, essa atenção se torna ainda mais necessária, pois as experiências vividas nesta etapa acontecem, em grande parte, por meio das interações e das brincadeiras (Brasil, 2018). O trabalho do professor tem grande importância, principalmente na maneira como as atividades são planejadas e desenvolvidas no dia a dia. Observar as crianças, perceber suas formas de participação e estar aberto a

[1] Graduanda do Curso de Pedagogia e bolsista do (PIBID) da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, kelly.silva.2023@alunos.uneal.edu.br;
[2] Graduanda do Curso de Pedagogia e bolsista do (PIBID) da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, nayara.silva.2024@alunos.uneal.edu.br;
[3] Graduada do Curso de Pedagogia pela Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL; Pós Graduanda da Especialização da Educação de Jovens e Adultos do Campo da Universidade Federal do Paraná - UFPR, Rafaela.santos.2022@alunos.uneal.edu.br;
[4] Graduando do Curso de Pedagogia e bolsista do (PIBID) da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, artur.silva.2022@alunos.uneal.edu.br;
[5] Graduada do curso de Pedagogia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE; Pós graduação em Atendimento Educacional Especializado pela faculdade única de Ipatinga, FUNIP, gelva.minion@gmail.com;
[6] Graduada em Pedagogia pela UFRPE; Mestra em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco UFPE; Doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas– UFAL. Professora Titular da UNEAL, samara.melo@uneal.edu.br.

diferentes maneiras de realizar uma mesma proposta são atitudes que podem contribuir para uma prática mais inclusiva.

No caso das crianças com TEA, isso pode envolver adaptações, mudanças na organização das atividades ou a utilização de estratégias que facilitem sua participação, sempre buscando manter a criança envolvida nas experiências junto à turma. Essas ações estão relacionadas à garantia de condições de participação e aprendizagem no ambiente escolar, conforme previsto na Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015). Assim, a inclusão também se constrói nas situações cotidianas da sala de aula, a partir das escolhas e das possibilidades encontradas pelos professores.

Foi a partir dessa perspectiva que surgiu a experiência desenvolvida no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), em um Centro de Educação Infantil do município de Palmeira dos Índios, Alagoas. Durante as vivências realizadas entre setembro e dezembro de 2025, foram acompanhadas duas turmas da Educação Infantil, com crianças de 3 a 4 anos, por meio de observações e regências.

As experiências vivenciadas nesse período despertaram o interesse em refletir sobre as possibilidades de uma prática pedagógica voltada à inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista. Assim, este estudo teve como objetivo analisar as práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas nas regências do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) na Educação Infantil, refletindo sobre suas contribuições para a participação e inclusão de crianças com TEA.

O artigo está estruturado em cinco seções, além da introdução. A primeira apresenta a fundamentação teórica, com discussões sobre a inclusão escolar e as práticas pedagógicas com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A segunda descreve a metodologia utilizada na pesquisa. A terceira apresenta os resultados e a discussão, relacionando as experiências vivenciadas às contribuições teóricas. Em seguida, são apresentadas as considerações finais, com uma síntese das principais reflexões do estudo. Por fim, são registrados os agradecimentos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: INCLUSÃO ESCOLAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM CRIANÇAS COM TEA

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), elaborado pela American Psychiatric Association (2014), o Transtorno do Espectro

ISSN: 2358-8829

Autista (TEA) caracteriza-se por dificuldades persistentes na comunicação e interação social, associadas a padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses ou atividades. Por se tratar de um espectro, suas manifestações podem variar entre os indivíduos.

No Brasil, a Lei nº 12.764/2012 reconhece a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146/2015, reforça os direitos das pessoas com deficiência, incluindo o direito à educação inclusiva, à acessibilidade e à igualdade de oportunidades.

A educação inclusiva segundo Orrú (2003), pressupõe o reconhecimento de que todos os estudantes possuem direito à aprendizagem, à participação e à convivência no espaço escolar, independentemente de suas características e necessidades específicas. Nesse sentido, pensar a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige superar concepções que enfatizam apenas suas dificuldades e limitações, passando a considerar suas potencialidades e as possibilidades de desenvolvimento proporcionadas por práticas pedagógicas intencionais e adequadas às suas necessidades.

Nessa perspectiva, Orrú (2003), ao discutir a formação de professores e a educação de pessoas com autismo, chama atenção para a necessidade de compreender o indivíduo para além da síndrome. A autora destaca que a pessoa vem antes da condição, sendo necessário reconhecê-la como um ser humano constituído em dimensões biopsicossociais e culturais.

Dessa forma, as características do autismo não devem ser utilizadas como justificativa para o isolamento ou para a redução das possibilidades de participação do estudante no ambiente escolar. A pessoa com autismo deve ser tratada com respeito, dignidade e humanidade, tendo assegurado seu direito de conviver e aprender junto aos demais.

A reflexão de Orrú (2003) também permite questionar práticas pedagógicas que acabam enfatizando mais os aspectos sintomáticos da síndrome do que a busca por estratégias que contribuam para a superação das dificuldades encontradas no processo de aprendizagem.

No contexto escolar, isso pode ocorrer quando o professor, diante de uma dificuldade apresentada pela criança, parte da ideia de que ela “não sabe fazer” ou “não consegue”, deixando, assim, de investigar outras possibilidades para que ela possa realizar a atividade. Como consequência, o estudante pode ser afastado de determinadas

ISSN: 2358-8829

propostas, permanecer em atividades paralelas ou ser colocado em espaços separados dos demais colegas.

Diante disso, torna-se fundamental pensar sobre a formação dos professores e sua capacidade de atuar diante de um público que apresenta diferentes especificidades e singularidades. A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, destinada às crianças de zero a cinco anos, e tem como finalidade promover seu desenvolvimento pleno, conforme estabelece a Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996).

No contexto da inclusão de crianças com TEA, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) assegura direitos que reforçam a importância de práticas inclusivas, pois o trabalho com estudantes com TEA exige do professor conhecimentos que possibilitem compreender suas características, mas também uma postura pedagógica capaz de reconhecer suas potencialidades.

Nesse sentido, pensar a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige superar concepções que enfatizam apenas suas dificuldades e limitações, passando a considerar suas potencialidades e as possibilidades de desenvolvimento proporcionadas por práticas pedagógicas que respeitem suas particularidades. Nessa perspectiva, Mantoan (2003) contribui para a discussão ao destacar a importância de uma escola que reconheça as diferenças entre os estudantes e promova oportunidades de aprendizagem e participação para todos.

Além disso, Bosa et al. (2017), ao abordarem a avaliação sociocomunicativa no contexto do autismo, discutem aspectos relacionados à comunicação e à interação social em situações lúdicas. Essa discussão permite refletir sobre a participação das crianças com TEA nas brincadeiras e nas experiências coletivas da Educação Infantil.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa-ação, de abordagem qualitativa, desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), em um Centro de Educação Infantil localizado no município de Palmeira dos Índios, Alagoas.

O estudo foi realizado no período de setembro a dezembro de 2025, em duas turmas da Educação Infantil, sendo uma com 22 e outra com 25 crianças, com faixa etária entre 3 e 4 anos de idade. Nosso projeto teve como foco a contação de histórias

ISSN: 2358-8829

infantis, utilizando a literatura para favorecer a imaginação, a expressão e a oralidade, bem como o reconhecimento das vogais por meio de atividades lúdicas e interativas. O percurso metodológico compreendeu a observação do cotidiano escolar e o desenvolvimento de regências por meio de projetos de intervenção pedagógica.

Foram realizadas, ao todo, doze observações, que se deram em dois dias da semana, a saber, às terças e quintas-feiras. Essas observações possibilitaram conhecer a dinâmica das turmas e acompanhar as experiências das crianças no ambiente escolar, contribuindo para o planejamento das intervenções pedagógicas. As regências, por sua vez, envolveram a realização de atividades voltadas à inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando suas particularidades e possibilidades de participação nas propostas desenvolvidas.

A análise dos resultados ocorreu por meio de uma abordagem qualitativa, considerando as experiências vivenciadas durante as observações e as regências, com atenção às contribuições das práticas pedagógicas para a participação, a interação social e a comunicação das crianças com TEA. Dessa forma, buscou-se compreender como as estratégias pedagógicas desenvolvidas durante as intervenções puderam favorecer a inclusão e a participação das crianças no contexto da Educação Infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As experiências vivenciadas durante as regências, realizadas em duas turmas da Educação Infantil, com crianças de 3 a 4 anos, possibilitaram analisar as práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os projetos de intervenção foram desenvolvidos por meio de atividades lúdicas, como brincadeiras com espelho para o reconhecimento do corpo, histórias infantis associadas à aprendizagem das letras, amarelinha das vogais e propostas envolvendo o reconhecimento das letras do próprio nome. Essas vivências buscaram estimular o autoconhecimento, a coordenação motora e a aprendizagem da linguagem escrita, favorecendo a participação das crianças nas atividades coletivas e respeitando suas diferentes formas de interação e aprendizagem.

Durante as regências, a criança com TEA participou das atividades propostas e se envolveu nas experiências realizadas. Essa participação evidenciou a importância de desenvolver atividades que permitam à criança interagir com os colegas e aprender

ISSN: 2358-8829

junto com a turma. Para isso, é importante que o professor observe as necessidades de cada criança e busque maneiras de facilitar sua participação nas atividades escolares.

Para apresentar de forma sistematizada as experiências desenvolvidas durante as regências, elaborou-se um quadro-síntese com as principais atividades realizadas, seus objetivos pedagógicos e aspectos relacionados à participação da criança com TEA. Essa organização permite visualizar as propostas desenvolvidas e refletir sobre as condições de acessibilidade e as adaptações pedagógicas utilizadas para favorecer a participação da criança nas vivências escolares.

Quadro 1: Principais atividades realizadas.

Atividades desenvolvidas	Objetivo pedagógico	Participação e adaptação
Brincadeira com espelho	Estimular o autoconhecimento	Permitir que a criança observe sua imagem, apontando partes do corpo com ajuda de figuras, demonstrações e orientações simples
Histórias infantis	Linguagem oral e aprendizagem das letras.	Utilizar fantoches, imagens e perguntas curtas. A criança pode participar apontando figuras, imitando gestos ou falando, conforme suas possibilidades.
Amarelinha das vogais	Reconhecimento das vogais e coordenação motora.	Utilizar vogais grandes e coloridas, demonstrar como brincar e oferecer ajuda para pular ou apontar a letra solicitada.
Letras do nome próprio	Reconhecimento das letras do nome.	Apresentar o nome escrito em letras grandes e oferecer letras móveis para a criança localizar, combinar ou organizar as letras do seu nome.

Fonte: Os autores (2025).

ISSN: 2358-8829

As atividades realizadas durante as regências envolveram brincadeiras e diferentes formas de aprendizagem. Na contação de histórias, as crianças recontaram as narrativas à sua maneira. Na amarelinha, participaram pulando nas casas e identificando as vogais, enquanto na atividade com o nome próprio reconheceram as letras que formavam seus nomes.

Durante uma das atividades, uma criança com TEA pegou os fantoches das vogais e começou a falar a sequência na ordem correta e também de trás para frente. Esse momento chamou a atenção, pois a criança demonstrou conhecer a sequência das vogais enquanto interagia com os fantoches. A situação permitiu observar como a utilização de materiais lúdicos pode criar oportunidades para que as crianças expressem seus conhecimentos de diferentes maneiras. Algumas dessas atividades estão registradas nas Figuras 1 a 4, apresentadas a seguir.

Figura 1: Amarelinha das vogais.



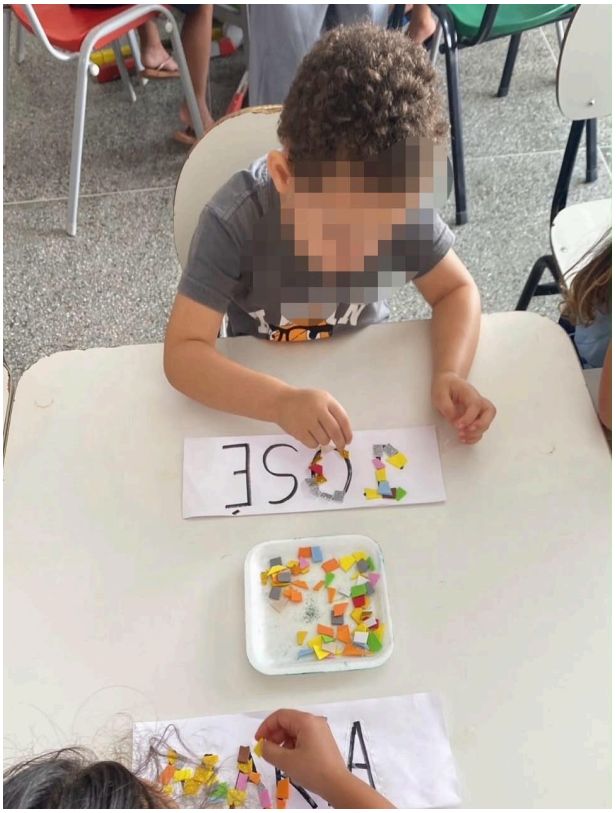
Fonte: Acervo dos autores (2025).

Figura 2: Brincadeira com o espelho.



Fonte: Acervo dos autores (2025).

Figura 3: Reconhecimento das letras do nome próprio.



Fonte: Acervo dos autores (2025).

Figura 4: Contação de história.



Fonte: Acervo dos autores (2025).

As experiências registradas durante as regências permitiram refletir sobre a importância das atividades lúdicas no processo de aprendizagem e na participação das crianças na Educação Infantil. As propostas desenvolvidas, como as brincadeiras com espelho, a contação de histórias, a amarelinha das vogais e o reconhecimento das letras do nome próprio, possibilitaram trabalhar diferentes habilidades de forma lúdica. Essas vivências também evidenciaram a importância da mediação docente e do planejamento de atividades que considerem as particularidades das crianças, favorecendo sua participação nas experiências coletivas.

Portanto, os resultados da pesquisa reforçam que as práticas pedagógicas inclusivas, quando planejadas intencionalmente, podem contribuir para a participação, a interação social e a comunicação das crianças com TEA na Educação Infantil. Assim, destaca-se a importância de uma atuação docente comprometida com o respeito às diferenças e com a construção de um ambiente escolar acolhedor, que valorize as potencialidades de cada criança e promova seu desenvolvimento integral.

ISSN: 2358-8829

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender como as estratégias pedagógicas desenvolvidas no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/UNEAL) podem favorecer a participação, a interação social e a comunicação de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. As regências realizadas entre setembro e dezembro de 2025 envolveram propostas pedagógicas diversificadas, como contação de histórias, dinâmica de reconhecimento de si diante do espelho, pescaria para identificação do próprio nome, amarelinha das vogais e outras atividades lúdicas voltadas ao reconhecimento das letras do nome e das vogais.

As experiências vivenciadas possibilitaram refletir sobre a importância do planejamento intencional, da mediação docente e da diversificação das estratégias pedagógicas na construção de práticas inclusivas. Nesse contexto, as atividades propostas constituíram oportunidades de participação nas experiências educativas, considerando as particularidades e potencialidades das crianças com TEA. As vivências também favoreceram reflexões sobre a articulação entre teoria e prática na formação docente e sobre os desafios da inclusão no cotidiano escolar.

As reflexões desenvolvidas dialogam com Orrú (2003), ao destacar a importância de reconhecer as potencialidades das pessoas com autismo, considerando suas particularidades e possibilidades de desenvolvimento. Essa perspectiva contribui para compreender a necessidade de práticas pedagógicas que ultrapassem uma visão centrada no diagnóstico, valorizando as características individuais das crianças e ampliando suas oportunidades de participação e aprendizagem. Dessa forma, as experiências analisadas ressaltam a importância de estratégias pedagógicas que considerem a diversidade e favoreçam a inclusão no contexto da Educação Infantil.

Embora a pesquisa tenha sido realizada em duas turmas de uma instituição de Educação Infantil, ambas com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), as reflexões apresentadas se referem às experiências observadas e às regências desenvolvidas nesse contexto. Nesse sentido, o estudo contribui para a reflexão sobre os desafios da inclusão escolar e as possibilidades de atuação docente diante da diversidade, sem pretender generalizar as observações para outros contextos educacionais.

Conclui-se que as práticas lúdicas, quando planejadas intencionalmente e acompanhadas de mediação docente, podem contribuir para a construção de experiências educativas mais inclusivas na Educação Infantil. Destaca-se, ainda, a importância de novas pesquisas que investiguem estratégias pedagógicas inclusivas em diferentes contextos escolares, contribuindo para o aprimoramento da formação docente e para a construção de ambientes educativos que favoreçam a participação, a interação social, a comunicação e a aprendizagem das crianças com TEA.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista, Educação Infantil, Educação Inclusiva, Pibid.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que contribui para a formação inicial de professores e possibilita experiências enriquecedoras entre a teoria e a prática docente.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BOSA, Cleonice Alves *et al*. Avaliação sociocomunicativa nos casos de suspeita de autismo: diretrizes para a hora lúdica diagnóstica. *In*: BOSA, Cleonice Alves; TEIXEIRA, Maria Cristina Triguero Veloz (org.). **Autismo**: avaliação psicológica e neuropsicológica. São Paulo: Hogrefe, 2017. p. 83–104.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 12 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 21 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

ORRÚ, Sílvia Ester. A formação de professores e a educação de autistas. **Revista Iberoamericana de Educación**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 1–14, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.35362/rie3312965. Acesso em: 17 set. 2026.